



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 02200/18

Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 02055/2018

1. PROCESSO TC N.º: 02200/18

2. ORIGEM: Instituto de Previdência do Município de Alagoa Nova.

3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

3.1. APOSENTANDO(A):

3.1.1. NOME: Ararrose Araújo Leite

3.1.2. QUALIFICAÇÃO: Agente Administrativo, matrícula nº 04819, lotada na Secretaria de Saúde do Município.

3.1.3. TEMPO DE SERVIÇO: 31 anos, 02 meses e 23 dias.

3.1.4. IDADE: 58 anos.

3.2. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 3º, incisos I, II, e III da Emenda Constituição 47/05.

3.3. DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 26/12/2017.

3.4. ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO: Jornal Oficial Extra do Município 26/12/2017.

3.5. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente do Instituto.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Conclui que a presente aposentadoria reveste-se de legalidade, razão pela qual se sugere o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em conceder registro ao ato de aposentadoria da Sra. Ararrose Araújo Leite, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pelo órgão de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 27 de setembro de 2018.

Assinado 27 de Setembro de 2018 às 12:20



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 27 de Setembro de 2018 às 15:47



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO